



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO ETNODESENVOLVIMENTO

**Josiel Moraes dos Santos**

**Poços artesianos: fonte de água para melhoria das condições de vida na  
Comunidade São Sebastião Canta Galo, Resex Mapuá, município de  
Breves-PA**

Altamira/ PA  
2019

**Josiel Moraes dos Santos**

**Poços artesianos: fonte de água para melhoria das condições de vida na  
Comunidade São Sebastião Canta Galo, Resex Mapuá, município de  
Breves-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para obtenção dos graus de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira.

**Orientadora:** Profa. Dra. Francilene de Aguiar Parente

ALTAMIRA-PA

2019

**Josiel Moraes dos Santos**

**Poços artesanais: fonte de água para melhoria das condições de vida na  
Comunidade São Sebastião Canta Galo, Resex Mapuá, município de  
Breves-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como  
requisito parcial para obtenção dos graus de Licenciatura  
e Bacharelado em Etnodesenvolvimento pela  
Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira.

**Orientadora:** Profa. Dr. Francilene de Aguiar Parente

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2019

**Banca examinadora**

---

Profa. Dra. Francilene de Aguiar Parente (Orientadora)

FACETNO-UFPA

---

Prof. Dra. Raquel da Silva Lopes (Membro)

FACETNO - UFPA

---

Profa. Me. Ana Debora Lopes da Silva (Membro)

FACETNO – UFPA

ALTAMIRA-PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S237p Santos, Josiel Moraes dos Santos  
Poços artesianos: fonte de água para melhoria das condições de vida na comunidade São Sebastião Canta Galo, resex Mapuá, município de Breves-PA / Josiel Moraes dos Santos Santos. — 2019. viii,26 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Francilene de Aguiar Parente  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Direitos Humanos, Cidadania, Resex Mapuá. I. Título.

CDD 553.7

---

## Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela dádiva divina de minha existência e a oportunidade de poder estar concluindo mais uma etapa de minha vida que é conquistar o nível de formação superior.

Agradeço minha querida e amada família, em especial Otávio Ferreira dos Santos (*in memoriam*) e Joana da Silva Moraes que sempre acreditaram em meus sonhos, mostrando sempre o melhor caminho seguir e apoiando no lado emocional e financeiro em cada etapa do curso, mesmo com todas dificuldades enfrentadas sempre me fortaleceram através do afeto familiar.

Agradeço a Reinaldo Lemos, pelo apoio e companheirismo durante essa longa jornada, dedicando seu precioso tempo para poder ajudar da melhor forma possível em todos os momentos que precisei. Pelo ombro amigo, como costuma dizer em suas sábias palavras: “é preciso buscar entender as pessoas antes de julgar, não julgar sem saber o que o outro tem”.

Agradeço aos amigos que no decorrer do curso tive a oportunidade de conhecer e conviver durante algum tempo: Ana Flávia, Wagner Souza, José Hailton, João Paulo, Maria do Livramento, Lildo, Jéssica e aos demais que mesmo não estando aqui, recebam meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a comunidade que pertencço por fazerem parte dessa conquista, acreditando que poderia representá-los em uma universidade e pela acolhida de cada família que dispuseram de seu tempo para colaborar com esse trabalho, pois são eles os grandes colaboradores para que o trabalho pudesse chegar ao final.

Agradeço a minha orientadora professora doutora Francilene Parente, por aceitar o convite para me orientar e pela paciência e dedicação que teve durante esse processo de grandes conhecimentos que tive com suas experiências me fazendo refletir várias questões a respeito do trabalho, sempre dedicando sua atenção. Muito obrigado!

Agradeço a todos os professores Eliane Faria, Raquel Lopes, Mônica Lizardo, Débora Lopes, Assis Oliveira, Francilene Parente, Gustavo Moura, Bianca Araújo e Reinaldo Marchesi e aos demais que fizeram parte desse processo de aprendizagem e compartilhamento de saberes que tive a oportunidade de participar na faculdade de Etnodiversidade no curso de Etnodesenvolvimento.

Sei que são inúmeras as pessoas que colaboraram direto e indiretamente nesse longo processo. A todos meus sinceros agradecimentos!

Aqui, ali e acolá  
Pergunto, volto a informar  
Percorro voltas e volto  
Pra chegar no Mapuá!

Rio Tranquilo, água escura,  
Linda flora a verdejar,  
Peixe pulando nas margens  
Eis aí o Mapuá!

Eu que amo a beleza  
Aqui estou e vou voltar  
Para rever em sua nobreza  
O saudoso Mapuá!

Gente humilde, gente boa  
Gente pura a acenar,  
Mas tem também gente valente  
Nas terras do Mapuá!

Acho lindas as flores mil  
Nas orlas desabrocham  
Enfeitando as negras águas  
Do orgulhoso Mapuá!

Um sol gigante, dourado,  
No poente a repousar  
Foi a lembrança mais terna  
Que guardei do Mapuá!

## **RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma proposta de Projeto de Intervenção a ser implementado na Comunidade São Sebastiao Canta Galo, a qual pertenço. Esse modelo de TCC é uma exigência do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, que prevê a formação de agentes de desenvolvimento locais capazes de elaborar e ajudar a executar propostas que venham ao encontro do atendimento das necessidades das comunidades de origem dos estudantes o que traz o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Pretende-se viabilizar o acesso a água potável às famílias para diminuir o risco de doenças transmitidas através do uso de água de má qualidade e possibilitar meios para a diversificação do cultivo de plantações. Para tanto, ocorrerão reuniões e ações com as famílias, a associação comunitária e órgãos da prefeitura que atuarão como parceiros no projeto. Com isso, busca-se melhorar as condições de vida das famílias e a garantia da igualdade de direitos enquanto povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Resex Mapuá; Direitos Humanos; Cidadania.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. PROBLEMÁTICA .....</b>	<b>7</b>
<b>3. HISTÓRICO DE BREVES .....</b>	<b>8</b>
<b>3.1 RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ.....</b>	<b>10</b>
<b>3.2 Comunidade São Sebastiao Canta Galo .....</b>	<b>14</b>
<b>4. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>18</b>
<b>5. OBJETIVOS .....</b>	<b>24</b>
<b>5.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>24</b>
<b>5.2 Objetivo Específico .....</b>	<b>24</b>
<b>6 METAS.....</b>	<b>24</b>
<b>7. METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>9 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma proposta de Projeto de Intervenção a ser implementado na Comunidade São Sebastiao Canta Galo, a qual pertencço. Esse modelo de TCC é uma exigência do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, que prevê a formação de agentes locais capazes de elaborar e ajudar a executar propostas que venham ao encontro do atendimento de necessidades das comunidades de origem dos estudantes o que traz o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Assim, este projeto de intervenção é resultado de pesquisas realizadas ao longo de quatro anos, desde meu ingresso na Universidade, no curso de Etnodesenvolvimento, que se orienta metodologicamente pela Pedagogia da Alternância. De acordo com Queiroz (2004), os processos de formação que seguem ou que, de alguma forma, se baseiam na Metodologia da Pedagogia da Alternância ou na sua congênere, a Alternância Pedagógica, operacionalizam a contabilidade acadêmica distribuindo a carga horária dos seus componentes curriculares em pelo menos dois espaços-tempos distintos: o tempo-escola e o tempo-comunidade. Nessa perspectiva, o curso supramencionado tem sua organização didático-pedagógica estruturada em dois períodos distintos, mas interrelacionados: o Tempo-Universidade e o Tempo-Comunidade.

O Tempo-Universidade consiste na presença dos estudantes no espaço físico da Universidade, vivenciando experiências acadêmico-científicas durante os meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto. Já o Tempo-Comunidade se refere aos intervalos entre esses meses – período no qual os estudantes retornam às suas comunidades de origem e realizam pesquisas de campo e atividades de intervenção. É, então, neste espaço-tempo em que nos reinscriamos em nossas comunidades de forma orientada que podemos ouvir seus anseios e, juntos, refletir sobre os problemas aí vivenciados, discutindo cada temática abordada e propondo alternativas de enfrentamento dessas situações consideradas ‘problemáticas’.

Foi através dos tempos-comunidades que obtivemos os resultados para a elaboração do projeto, tendo em vista que, desde o primeiro ao quarto tempo-comunidade, foram utilizados formulários de entrevista relacionados a temas voltados à realidade da comunidade, como: Saúde, Memória, Educação, História da Amazônia, Arqueologia, Meio Ambiente etc. Assim proporcionando formas de conhecer melhor a realidade da comunidade, possibilitando encontrar as mais diversas situações referentes à necessidade de se trabalhar no e através do TCC.

Dentre as inúmeras situações discutidas no âmbito das pesquisas realizadas durante os Tempos-Comunidade, a questão do abastecimento de água foi uma das que se apresentou como mais urgente em função da ausência desse serviço na comunidade. Como veremos mais abaixo, a sazonalidade do fluxo de águas devida ao ciclo inverno-verão amazônico traz grandes dificuldades de acesso à água potável nos períodos de seca, deixando as famílias em uma situação muito difícil.

Assim, no grupo de famílias com quem estive em contato mais regular durante todo esse período do Curso, foi eleita a temática do abastecimento de água como assunto prioritário em função das grandes dificuldades sofridas por esse coletivo.

Na condição de morador daquela comunidade, eu não me dava conta de uma série de questões, que só vieram a tomar forma para mim a partir do momento em que entrei na Universidade, no curso de Etnodesenvolvimento. Foi somente com o distanciamento daquela realidade imediata e, posteriormente, com minha reinserção nela como estudante-pesquisador, que pude perceber certas situações e desnaturalizar minha percepção a respeito delas. Bem como Velho (1978) afirma:

Posso estar acostumado, como já disse, com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar, a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, *grosso modo*, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isto não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa, mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. (VELHO, 1978 p. 7)

Desse modo, uma das minhas descobertas, alimentada pelas reflexões vivenciadas no Curso, está relacionada à possibilidade de nós mesmos, extrativistas moradores de áreas protegidas, ‘lermos’ nossa realidade e buscarmos alternativas de enfrentamento a nossos problemas.

Isso não significa que vamos desprezar contribuições externas. Não se trata disso. A questão é um pouco mais complexa. Trata-se de tomarmos consciência não apenas da nossa situação, mas, especialmente, de começarmos a buscar soluções que sejam adequadas a nossos desejos e necessidades a partir das nossas percepções. O Curso de Etnodesenvolvimento abre um leque de conhecimentos, mostrando novos horizontes que nos permitem refletir e fazer uma avaliação mais profunda de nossa própria realidade.

Uma dessas perspectivas é exatamente a possibilidade de os próprios moradores de um local, a partir da tomada de consciência a respeito de situações problemáticas encontradas em

sua realidade e de estudos referentes a tais situações, se posicionarem de modo a enfrentar esses problemas tomando por base seus conhecimentos, seus anseios e necessidades, assim como seus projetos de vida e futuro. Dessa forma, percebemos a centralidade do papel da própria comunidade na compreensão e resolução de seus problemas, pois geralmente os projetos que vêm de fora, apresentados por mediadores externos, representantes de secretarias de estado ou ONG's, pessoas que possuem diplomas e detêm certo poder dentro de suas instituições, distanciam os moradores do seu potencial de luta – embora possam, às vezes trazer soluções imediatas para uma ou outra situação emergencial.

Busquei por meio de reuniões, conversas, entrevistas – entre outras estratégias – estabelecer um diálogo constante com a comunidade, para que a escolha da situação-objeto de intervenção fosse a mais participativa possível, de modo a fortalecer a comunidade através da construção coletiva e visando superar as relações de mediação de patronagem historicamente vivenciadas. Assim, a comunidade torna-se protagonista em seu território, tendo em vista que os atores vêm de dentro da própria comunidade, garantindo os interesses do público, cujo principal viés é a coletividade ativa dentro da comunidade na garantia e defesa de seus direitos.

Projetos como este têm grande chance de contribuir efetivamente para a superação de uma situação-problema pelo potencial de envolvimento da comunidade, mas apresentam riscos também. Dessa maneira, trabalharei juntamente com toda a comunidade para que seja desenvolvido o projeto de intervenção com alguma margem de segurança quanto ao alcance dos resultados previstos, mas, sobretudo enfatizando o potencial de luta coletiva por melhores condições de vida – no caso específico, de acesso à água, que é um direito fundamental.

## **2. PROBLEMÁTICA**

Segundo Bernardes, Costa & Bernardes (2018), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD, 2014) mostram que apenas 34,5% dos domicílios nas áreas rurais estão ligados a redes de abastecimento de água com ou sem canalização interna. No restante dos domicílios rurais (65,5%), a população capta água de chafarizes e poços, protegidos ou não, diretamente de cursos de água sem nenhum tratamento ou de outras fontes, alternativas geralmente inadequadas para consumo humano (BERNARDES, COSTA & BERNARDES, 2018).

Comparando esses resultados com a realidade vivida pela comunidade-foco deste Projeto de Intervenção, podemos dizer que esses números de domicílios sem água canalizada estão subestimados. Essa situação se evidenciou bastante nos momentos de reunião comunitária

durante as pesquisas de Tempo-Comunidade, configurando-se como uma das questões mais discutidas pelos comunitários. Segundo eles, toda a questão da doença está relacionada ao uso de água imprópria para consumo, principalmente no caso das crianças menores de 12 anos, que são as mais vulneráveis a infecções causadas por parasitas/protozoários; as pessoas ouvidas afirmam que as doenças que mais afetam a comunidade são a diarreia, verminoses, infecções intestinais, entre outras moléstias – que atribuem ao consumo de água não tratada.

Assim, buscando entender melhor, junto com a comunidade, a urgência dessa situação, e aproveitando a contribuição das reflexões realizadas em um dos eixos principais do Curso de Etnodesenvolvimento, mais especificamente no quinto TC – Antropologia da Saúde e Doença – elaboramos a seguinte questão-problema para o Projeto de Intervenção: por que faltava água de boa qualidade na comunidade? Que consequências isso trazia para a saúde coletiva? E o que seria possível fazer para enfrentar essa dificuldade?

Antes de apresentar o Projeto em si, apresentarei um breve histórico do município, contextualizando a Reserva Extrativista Mapuá, no município de Breves, estado do Pará, onde está localizada a comunidade São Sebastião Canta Galo, visando situar o leitor no território de implementação da proposta.

### **3. HISTÓRICO DE BREVES**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Breves é um município brasileiro do Estado do Pará, pertencente à Mesorregião do Marajó. Localiza-se no norte brasileiro ao sudoeste na Ilha de Marajó a 265km da capital do estado, a uma latitude 01°40'56" sul e longitude 50°28'49". No último censo sua população era de 92.860 habitantes (IBGE, 2010). A cidade de Breves é um local de fácil acesso para as embarcações que trafegam os rios amazônicos na rota Belém/Manaus Belém/Macapá etc. Assim o fluxo é contínuo de grandes embarcações fazendo o transporte de cargas para as cidades que se encontram nessas rotas.

O Arquipélago do Marajó configura-se como uma região rica em termos de recursos hídricos e biológicos. É formado geograficamente por um conjunto de “ilhas”, que, em seu todo, constitui a maior “ilha” fluviomarítima do mundo, com 49.606 Km<sup>2</sup>, caracterizando-se assim como uma das maiores biodiversidades do planeta (COSTA, 2015). De acordo com as histórias, Breves nasce a partir de dois irmãos portugueses vindo aventurar sua vida em meio ao desconhecido chamado de “novo mundo”. Nesse sentido depois de viajar por longos dias, Manuel Maria Fernandes Breves e Ângelo Fernandes Breves chegam à Belém onde começam

uma nova vida. Em 19 de novembro de 1738, o capitão geral do Pará, João de Abreu Castelo Branco, concedeu aos irmãos uma sesmaria, localizada às proximidades do rio Parauaú. Foi a partir daí que os irmãos instalaram o engenho, o qual passou a ser chamado de “Engenho dos Breves”.

Segundo os dados disponível da prefeitura municipal de Breves (2019), após a instalação da família dos Breves na região, outros parentes deslocaram-se para a região, contribuindo assim, para seu desenvolvimento, tanto que em 1981 os sucessores dos irmãos requereram ao sítio o predicamento de “Lugar de Santana de Breves”. Assim no decorrer do processo histórico recebeu outras denominações sendo a última delas, Vila de Sant’Anna dos Breves quando é elevada à categoria de Cidade no dia 02 de novembro de 1882, através da lei provisória nº.1079.

Na economia no decorrer do tempo, de acordo com Salera Junior (2014), o município de Breves já vivenciou 6 (seis) ciclos econômicos, alguns ao mesmo tempo ou em mais intensidade que outros, sendo o ciclo da cana-de-açúcar e especiarias, da borracha, da caça e pesca, do arroz, da madeira e do açaí e palmito.

Embora todos esses ciclos tenham sido muito importantes em seus devidos tempos de duração, trago mais detalhes para os dois últimos, os quais fazem uma transição para os dias atuais. Principalmente dando ênfase na economia da comunidade em discurso.

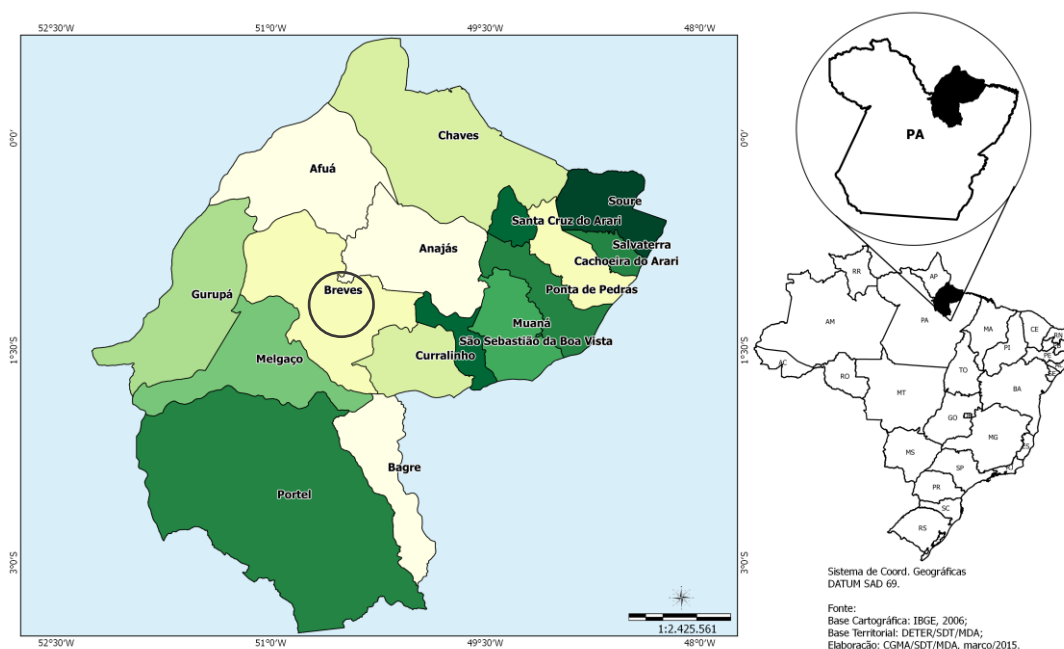
O corte da madeira e o corte do palmito foram muito importantes para o crescimento da economia no município por um tempo, no entanto, trouxeram grandes impactos para toda região, onde o foco era a extração desenfreada deles, sendo que a polpa do açaí tinha menos valor que o palmito. Assim como o corte da madeira causou sérios desmatamentos em toda região com o aumento de muitas serrarias, onde toda a economia girava em torno dessas duas fontes de renda. Com isso, a população não buscava outra alternativa de trabalho e renda para sobrevivência. É então que em 2005 e 2006 com o fechamento da maior parte das serrarias e fábricas de palmito, a economia declinou, causando assim um grande impacto às famílias brevese.

É a partir daí que o valor econômico do fruto do açaí, passa a crescer com a busca das famílias por novas fontes de renda. Período que se consolida também uma das poucas ações do governo federal que vem contribuir nesse cenário de carência das famílias, que é a criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável no município, tendo como uma delas a Resex Mapuá.

### 3.1 RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ

A Reserva Extrativista Mapuá (RESEX Mapuá) foi criada pelo Presidente Lula, por meio do Decreto de 20 de maio de 2005, com uma área de 94.463,03 hectares, no município de Breves, Ilha de Marajó/PA. Ela se localiza às margens dos rios Mapuá e Aramã, na porção leste do município de Breves, fazendo divisa com os municípios de Anajás, São Sebastião da Boa Vista e Currealinho. (SALERA JUNIOR, 2012). Como mostra a figura abaixo a localização do município de Breves dentro do Arquipélago do Marajó.

Figura 01 - Localização em destaque do município de Breves na mesorregião do Marajó no estado do Pará.



Fonte: SDT/MDA, 2015.

Figura 02 - Beleza natural da Resex Mapuá, Breves Pará.



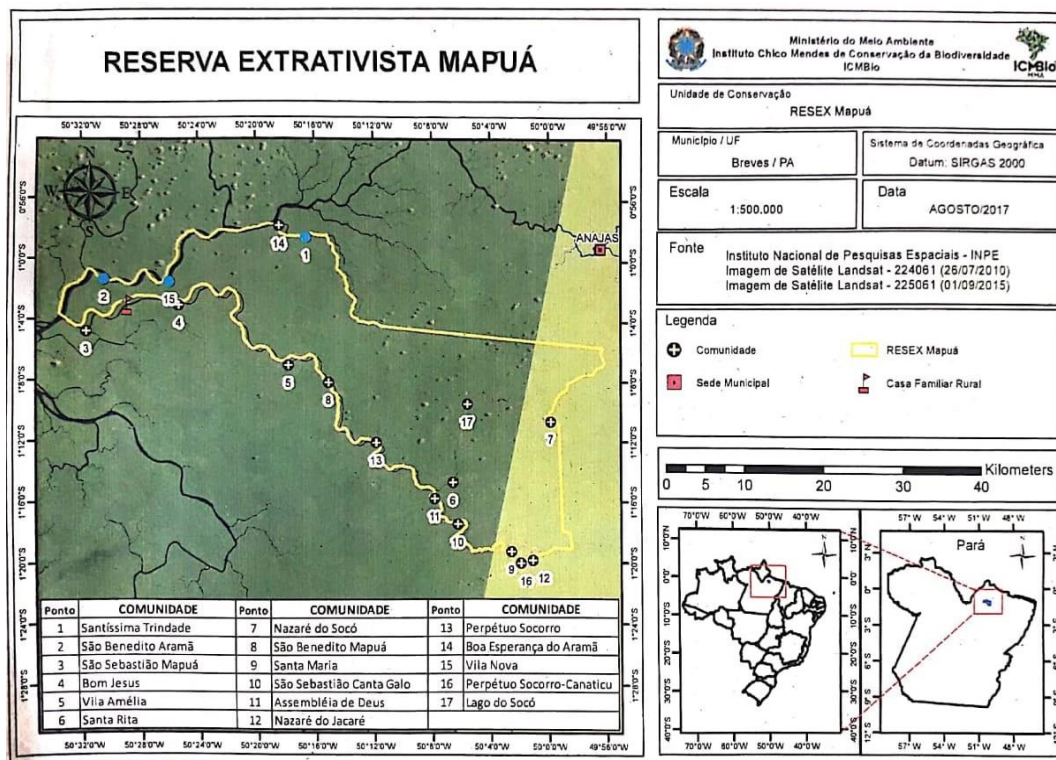
Fonte: Rita Nascimento, 2019.

Para a criação da Resex Mapuá foi necessário muita luta e resistência das comunidades dos Rios Mapuá e Aramã, que hoje compõem esta unidade. Esse processo de mobilização, que incluiu manifestações públicas e abaixo assinado, foi acompanhado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breves (STTR) e pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

O resultado das reivindicações resultou em conquistas satisfatórias dentre as quais a principal foi a criação da Resex, onde as famílias vivem do extrativismo, da agricultura de subsistência (mandioca, milho, banana, melancia etc.) e da criação de animais de pequeno porte (pato, galinha, porco etc.), garantindo assim o uso do território pelas famílias que ali vivem.

A reserva Extrativista Mapuá divide-se em dois Rios, Mapuá e Aramã, sendo o primeiro banhado por águas escuras e o segundo por águas claras. Em suas margens encontram-se as comunidades que compõem esta Unidade de Conservação (UC): Santíssima Trindade, Boa Esperança do Aramã, Vila Nova, São Benedito do Aramã, São Sebastião do Aramã, Bom Jesus, Vila Amélia, São Benedito do Mapuá, Perpétuo Socorro, Santa Rita, Nazaré do Socó, Assembleia de Deus, São Sebastião Canta Galo, Santa Maria, Perpétuo Socorro-Canaticu e Nazaré do Jacaré como ilustra a figura a seguir.

Figura 03 - Resex Mapuá e suas comunidades



Fonte: ICMBio 2017.

O nome Mapuá faz referência a uma comunidade indígena que inicialmente habitou a região dos furos de Breves. Estes indígenas viveram por volta do século XVI em uma região do município de Breves, hoje conhecida como rio Mapuá. Os povos indígenas deste arquipélago, de acordo com pesquisadores Sarraf-Pacheco (2010), Costa (2015) eram povos numerosos e pertenciam a várias nações, denominados pelos colonizadores de “Nheengaíbas”. A maioria dessas nações foi gradativamente “dizimada”, sendo sua causa um desafio para a pesquisa científica, em especial, para a arqueologia. No rio Mapuá, atualmente encontram-se vestígios arqueológicos, principalmente no sítio do cemitério indígena na comunidade Vila Amélia (Costa 2015). Ainda segundo Costa (2015), no local, em 1659, ocorreu a negociação entre o Padre Antônio Vieira e o cacique Piyé Mapuá, representante da federação de sete cacicados das nações indígenas do arquipélago de Marajó, onde firmaram um tratado que liberou o tráfego livre de canoas dos colonizadores pelo estreito de Breves e do arquipélago em geral.

Neste rio, de acordo com Costa (2015) e Sarraf-Pacheco (2010), a nação indígena dos Mapuá, vindos do Estado do Amapá, em 1610, se uniu a outros grupos indígenas, como Anajá, Mamaianá etc. Os Mapuás, segundo esses pesquisadores, eram considerados fortes e valentes e foi um dos grupos que resistiu às imposições dos colonizadores. Segundo Salera Junior (2012):

Hoje os índios Mapuá não existem mais. Entretanto, é possível ver que a alma desses nativos valorosos se mantém bem viva entre nós. Eu acredito que os índios Mapuá estão bem presentes nos traços do rosto, na cor da pele, na lisura dos cabelos, na beleza do corpo, na simpatia do trato diário e principalmente na garra e bravura do povo marajoara!!! (SALERA JUNIOR, 2012 p. 08)

Assim ao realizar entrevistar da disciplina de arqueologia com o senhor Leôncio Miranda dos Santos, morador da comunidade, apesar de hoje não existir mais índios na comunidade ou na região, até trinta a quarenta anos atrás ainda existia descendente desses povos. O que mesmo não sabendo a que povo pertencia essa descendente, mas relata a existência.

[...] então, já não é mais quase nem descendente, mais até uns trinta anos atrás ainda tinha descendente. A avó do compadre Joaquim era descendente de índio eles também deviam ser né, tem uma descendência também. (LEÔNCIO MIRANDA DOS SANTOS, 2016, PESQUISA DE CAMPO)

O Mapuá é um rio localizado na Resex Mapuá aproximadamente a 200 km da cidade de Breves. De acordo com o Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (AMOREMA 2014), a população é de 632 famílias totalizando 5.400 pessoas, distribuídas em 17 comunidades, a maioria trabalhando com a extração de produtos da floresta, como açaí, madeira, palmito e cultivo da mandioca e sus derivados como ilustra a figura a seguir, em suas respectivas áreas de uso familiar, conforme estabelece o plano de uso da Unidade de Conservação (UC).

Figura 04 – Casa de farinha na localidade Canarana, comunidade Canta Galo



Fonte: Hipólito Santos, 2019

O acesso a essas comunidades dá-se somente por meio do transporte fluvial que em média compreende 12h a 17h de viagem entre a sede do município de Breves as comunidades do Rio Mapuá nos barcos que fazem a linha nessa rota.

### **3.2 Comunidade São Sebastiao Canta Galo**

Este Projeto será implementado na comunidade São Sebastião Canta Galo, onde realizei todas as minhas pesquisas de Tempo-Comunidade (TC), ao longo dos quatro anos de Curso. Como dito anteriormente, estas pesquisas visavam, entre outros objetivos, identificar os aspectos culturais, sociais e econômicos da comunidade para poder entender melhor como ocorreu o processo de crescimento da comunidade até os dias atuais e mapear possíveis situações-problema a serem enfrentadas.

Com a finalidade de obter informações do contexto histórico do grupo a que pertencço, entrevistei as pessoas mais velhas da comunidade, buscando registrar nosso passado através de suas memórias. Um dos interlocutores foi o senhor Otávio Ferreira dos Santos<sup>1</sup> (in memoriam). Ele afirma ter chegado no local Canta Galo com apenas 10 anos de idade, após ter perdido seus pais e vindo morar com um de seus tios no Rio Mapuá, no ano de 1940; ele veio de outro rio vizinho, denominado Rio Macacos. Contava em seus relatos que naquela época a economia baseava-se no corte da seringa e na caça de animais para venda da pele como: onças, gatos do mato, lontras, jiboia etc.

Outro interlocutor que contribuiu com minhas pesquisas, por ter vivenciado parte da realidade rememorada, foi o senhor Sebastião Gonçalves de Freitas, que nasceu na comunidade Canta Galo em uma das localidades distantes das margens do rio Mapuá onde viveu os primeiros anos de sua juventude até os 19 anos, a partir daí casou-se e mudou de local de moradia passando a viver perto da família de sua esposa, nas margens desse rio.

Para seu Otávio e seu Sebastião, Canta Galo representa aquilo que a história nos apresenta como colonização<sup>2</sup>, mas em uma perspectiva local onde os patrões eram quem detinham o poder, tanto economicamente como o das terras, assim tendo o controle das propriedades e da produção. Segundo eles, o nome da comunidade deve-se a um jogo de linguagem com a expressão popular “cantar de galo”, que se refere à pessoa que tinha o domínio

---

<sup>1</sup> Morador mais antigo da comunidade, conhecido também como ferreiro da região. O mesmo fazia lamparinas, baldes de alumínio e facas de seringa para o patrão, para que pudesse vender para seus seringueiros que contribuiu no processo histórico da comunidade através de suas memórias. Faleceu em 2018, aos 88 anos.

<sup>2</sup> Período entre 1500 com a invasão dos portugueses, onde passaram a ter o domínio do território. À 1822 com a independência do Brasil e início do reinado.

de tudo naquela época; naquele contexto era a pessoa que falava mais alto, o “chefe”. Essa pessoa representava o capital financeiro/poder econômico, na figura do patrão dentro das comunidades, usando de seu poder de posses para aprisionar ou até mesmo “escravizar” os desfavorecidos, tudo em troca dos produtos naturais, em especial, o látex, e dos dividendos das produções procedentes da agricultura familiar. Alguém que com seu autoritarismo conseguia manipular as famílias para permanecerem dispersas e desorganizadas ao longo das mais diversas localidades.

Ainda de acordo com os referidos relatos, na década de 1950 toda área que hoje corresponde à comunidade Canta Galo era habitada por apenas 5 famílias. Com o tempo, outras famílias foram chegando para trabalhar no local, os filhos foram crescendo, casando e assim foi aumentando o número de habitantes.

De acordo com meus interlocutores, naquele período havia muitas facilidades, principalmente na questão alimentícia: havia fartura de caça e pesca. Atualmente, com o aumento da população e a consequente pressão antrópica sobre o meio ambiente, as famílias começaram a sentir um estado de escassez desses recursos, que antes eram abundantes. Como afirma seu Sebastião:

[...] Mas esta passagem, hoje eu converso sempre com muitas pessoas que tem tempo de conversar, da onde nós tira que não bota, o que vem? Diminuir né! Aí quando eu cheguei aqui, a mulher secava paca que eu matava de lanterna, hoje não mata. Mas olha eu morava aqui o Tião no Marituba e o seu Otávio lá né. Hoje daqui para o Marituba você confere mais de dez casa né? [...] tem pequeno espaço para muita gente o que vem? Diminuir né! (SEBASTIÃO GONÇALVES DE FREITAS, 2017, PESQUISA DE CAMPO)

Frente a essa situação, sentiram necessidade de buscar novas alternativas, sendo uma delas a criação de animais de pequeno porte, tanto para garantir a alimentação familiar quanto para vender, e evitar a dependência dos produtos industrializados disponíveis nos comércios locais.

Ainda de acordo com seu Otávio, onde hoje é a comunidade Canta Galo era onde morava o patrão da região, o qual tinha o domínio de toda produção local, que era entregue quinzenalmente no barracão. Nesses momentos, o povo todo se reunia para vender sua produção e fazer as compras necessárias para a família. Esse também é um dos motivos para que o povo vá construindo casas nas proximidades da casa do patrão, com isso tornando-se mais um fator para que houvesse o crescimento da comunidade. Foi nesses encontros das famílias, onde já havia muitos jovens, que surgiu a ideia de fazer um campo de futebol para que o povo pudesse

se divertir; após a construção desse campo, as pessoas passaram a se reunir mais vezes, durante o mês e criaram um time por cada localidade.

Quanto às festividades de caráter religioso, os entrevistados contam que eram comemoradas algumas festas de santos, como Santo Antônio, Santa Maria, entre outros. E foi em um desses encontros frequentes que um dos padres do município, em uma de suas visitas, chegou até o local. Após a celebração da missa, incentivou o povo a dar continuidades às celebrações e então foi aí que se iniciou o costume de realizar os cultos dominicais pela igreja católica.

São Sebastião é o padroeiro da Comunidade a qual pertencem. Segundo as lideranças mais antigas da comunidade, seu Otavio e seu Sebastião, esse nome, além de ser homenagem ao santo da igreja católica, foi também uma decisão do patrão, fazendo referência ao nome de um mandatário da sua família, também chamado Sebastião. Esse fato evidencia a forte correlação entre aspectos políticos e religiosos, mostrando a continuidade desses costumes em interface com fatores ligados a manifestações culturais e religiosas. Os entrevistados lembram que em outro rio havia outra comunidade homônima, que era submissa à mesma família, e para diferenciar da nossa comunidade, foi acrescentada a expressão Canta Galo, passando a se chamar Comunidade São Sebastião Canta Galo.

No que diz respeito à educação, existe uma escola na comunidade que atende do 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano do ensino fundamental, porém, devido à distância para atender todos os alunos, onde os parte deles teriam que caminhar mais de 2 horas para poder chegar à escola, houve a necessidade de abrir uma sala de aula que funciona como anexo, a qual oferece de 1º (primeiro) ao 6º (sexto) ano do fundamental – esta segunda escola fica na localidade que será beneficiada com o poço artesiano aqui proposto e funciona como anexo da primeira. Depois de finalizar o quinto ano na escola anexa, os alunos da Comunidade São Sebastião Canta Galo mudam para casa de parentes para estudar em outras escolas, iniciativa que nem sempre tem êxito, implicando na desistência do aluno.

Como podemos ver nas figuras a seguir a estrutura da escola que funciona como anexo, principalmente comparando com a escola principal, nota-se que ela não oferece condições adequadas para que os alunos tenham uma educação digna de seus direitos, uma vez que não tem livros, as cadeiras estão em péssimas qualidades, dificultando assim o trabalho para o professor.

Figura 05 - Sala que funciona como anexo da escola Canta Galo



Fonte: Hipólito Santos, 2019

Figura 06 - Escola Canta Galo



Fonte: Lislandro Sales, 2017

Já na saúde, os resultados das pesquisas que realizei mostram que não há nenhum posto ou qualquer outro tipo de atendimento hospitalar, assim como também não há Agente Comunitário de Saúde (ACS) para prestar assistência às famílias da comunidade. Devido à ausência de profissional de saúde, ao adoecerem os moradores se valem da pajelança, por meio da crença na cura a partir da utilização de rezas, de ervas, e de animais que são utilizados em rituais de preparação dos remédios tradicionais.

De acordo Liliane Moraes dos Santos, moradora da comunidade, quando são considerados casos mais graves, como golpes<sup>3</sup>, mordidas de cobra e acidentes com fraturas, procuram o posto da comunidade vizinha, onde o enfermeiro analisa e dependendo do estado, ele dá o encaminhamento para que o paciente vá até a sede do município. Como afirma em sua fala:

[...] dificilmente tem remédio no posto, geralmente quando tem são apenas xarope, remédio para febre ou dor de cabeça, com isso dependendo de como o paciente esteja é que o enfermeiro passa o medicamento ou uma receita para fazer de ervas utilizadas na comunidade ou então, se ver que o caso é mais grave encaminha logo para cidade. (LILIANE MORAES DOS SANTOS, 2017, PESQUISA DE CAMPO).

No que diz respeito à questão do pertencimento religioso, a comunidade se divide em católicos e evangélicos da Assembleia de Deus. Nessa divisão religiosa, a religião católica tende a ter mais adeptos, sendo que mais de 50% do número de famílias da comunidade professam o catolicismo.

<sup>3</sup> Ferimento/corte em parte do corpo causado por facão ou terçado como é conhecido na comunidade a qual pertence ou por machado. Geralmente em acidentes de trabalhos nas atividades extrativistas.

#### 4. JUSTIFICATIVA

Para tentar responder aos questionamentos apontados acima e poder trabalhar na perspectiva da resolução/enfrentamento da situação escolhida pela comunidade como prioritária, continuamos dialogando em diferentes momentos coletivos. Nesse contexto, as propostas fundamentadas na perspectiva do Etnodesenvolvimento buscam desenvolver mecanismos para formação de sujeitos que possam contribuir dentro de seu próprio território. Uma vez que o conceito de Etnodesenvolvimento tem múltiplas interpretações o que pode diferenciar nos sentidos utilizados, o que no curso de Etnodesenvolvimento se refere a uma abordagem que discute o desenvolvimento de um outro ponto de vista, isto é, do ponto de vista da vida, da dignidade, da autonomia dos povos e comunidades tradicionais e do respeito à natureza, como fonte de vida – e não apenas do ponto de vista do grande capital.

Nessa direção, levam-se em conta também os diferentes modelos de desenvolvimento que podem ser implementados ou não nas comunidades, e para os quais as comunidades precisam estar atentas e preparadas, pois há embates e desdobramentos nem sempre pacíficos ou de fácil resolução. Para isso é necessário investir na autonomia para poder tomar decisões acertadas conforme as necessidades das comunidades e que sejam viáveis para o seu crescimento, respeitando suas tradições – o que requer mobilização, consulta, escuta ativa e envolvimento coletivo desde início até o final de qualquer projeto.

É nesse viés que o curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento busca preparar seus egressos para atuarem dentro e fora dos seus espaços cotidianos. Sendo capaz de planejar condições favoráveis que venha fortalecer a comunidade ou espaço coletivo o qual esteja inserido. Assim, de acordo com o PPC (2008):

O profissional formado pelo Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento deverá ser licenciado e gestor capaz de divisar os obstáculos das ações cotidianas e planejar modos conscientes e avaliáveis de superá-los executando o planejamento de acordo com as metas estabelecidas pelos projetos de futuro socialmente diferenciado formulados pelas populações junto às quais esteja atuando, estas sim agentes por excelência do Etnodesenvolvimento. (PPC, 2008, p. 6)

Como afirma Oliveira (2014):

O Etnodesenvolvimento requer que povos e comunidades tradicionais sejam efetivamente gestores de seu próprio desenvolvimento, que busquem qualificar seus quadros técnicos de modo a conformar unidades político-administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e sobre os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo. (OLIVEIRA, 2014, p. 301)

Nessa perspectiva Little (2002) enfatiza que:

Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o Etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica. (LITTLE, 2002, p. 40)

Para Verdum, “o Etnodesenvolvimento pressupõe existirem as condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento” (2006, p. 73). Outra abordagem crítica para o entendimento do Etnodesenvolvimento é feita por Stavenhagen (1985):

Não existe nenhum processo evolutivo unilinear inequívoco que conduza da existência de uma multiplicidade de grupos étnicos a uma única cultura mundial [...] pois o Etnodesenvolvimento é concebido como um processo dinâmico e criativo que, mais do que limitá-las, pode liberar energias coletivas para o seu desenvolvimento. (STAVENHAGEN, 1985, p. 41-43).

É, em linhas gerais, essa a perspectiva de qualificação acadêmica assumida pelo Curso de Etnodesenvolvimento, que vem sendo desenvolvido pela Faculdade de Etnodiversidade, e que contribui na formação de pessoas oriundas de povos e comunidades tradicionais, visando ao seu fortalecimento pela busca da autonomia social, política e econômica. Deste modo, o presente Projeto de Intervenção proposto neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma das atividades a serem executadas de acordo com as decisões tomadas pela própria comunidade.

Dentro dessa perspectiva de atender os anseios da comunidade se faz necessário a autonomia em busca de um direito que é o acesso a água potável e ao saneamento básico de cada família o que é fundamental para a dignidade humana, amparado pelo Conselho de Direitos Humanos ao adaptar em julho de 2010, através da Resolução A/RES/64/292 declarando a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos.

Nessa comunidade, há um total de 63 famílias distribuídas em 63 moradias. Desse total de moradias, apenas 19 possuem banheiros com fossa sépticas e sistema de captação de água da chuva, os quais foram adquiridos pelas famílias atendidas pelo projeto SANEAR

AMAZONIA<sup>4</sup>. As outras moradias, somando 44 restantes, têm banheiro a céu aberto sem as mínimas condições de saneamento.

Assim, parte dos dejetos fecais é levado pelas chuvas para os córregos do Rio Mapuá (igarapés), deixando a água cada vez mais imprópria para o consumo humano, além disso, das 44 famílias que não foram contempladas pelo projeto SANEAR, 15 estão em localidades distantes das margens do rio, distando em média de 2h30 minutos a 3 horas de caminhada por caminhos em meio a floresta no período do verão.

O verão em nossa região inicia em meados do mês de junho e se estende até o final do mês de dezembro, e o inverno de janeiro a junho (Figuras 04 e 05 abaixo). No verão os igarapés secam, dificultando o acesso à água, pois com a diminuição do volume de água nos igarapés, a água é encontrada somente em pequenos reservatórios no leito do igarapé, que abriga os peixes sobreviventes da seca, locais conhecidos como “poços” pelas famílias. Dependendo da intensidade do verão, os peixes acabam morrendo e apodrecem nesses locais, tornando a água ainda mais inviável para o consumo humano.

Figuras 07 e 08 - Inverno na comunidade São Sebastiao Canta Galo, Resex Mapuá; Verão na comunidade São Sebastiao Canta Galo, Resex Mapuá



Fonte: Hipólito Santos, 2019



Fonte: (Arquivo Tv Nazaré Breves, 2018)

<sup>4</sup> O projeto SANEAR AMAZONIA é uma política pública voltada ao acesso a tecnologias sociais de saneamento rural para populações de baixa renda em vulnerabilidade social na Amazônia. Um sistema de captação e reserva de água da chuva sendo constituído por um componente para captação de água de chuva do telhado, dispositivo de tratamento, um reservatório individual elevado (1.000 litros), um reservatório complementar (5.000 litros), uma instalação sanitária domiciliar com fossa e a instalação de 4 pontos de uso, incluindo vaso sanitário. O projeto teve início em 2015 e já beneficiou 370 famílias dentro da Resex Mapuá. (PROJETO SANEAR AMAZÔNIA: TECNOLOGIAS SOCIAIS PROTAGONISMO DAS COMUNIDADES MUDAM QUALIDADE DE VIDA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS, p. 269 e 273, 2018).

Diante dessas dificuldades enfrentadas pelas famílias e, conforme as discussões realizadas com a comunidade, foi escolhido o tema poços artesianos, o qual foi decidido como tema do Projeto de Intervenção deste TCC em reunião realizada no dia 10/09/2017, com 22 participantes. A opção pelo poço artesiano veio ao encontro da necessidade de resolver o problema da falta de água para as famílias e contribuir na prevenção de doenças causadas pelo consumo da água em péssimas condições, sendo que essa água é utilizada para inúmeros fins, como: cozinhar, beber, tomar banho, lavar louças, lavar roupas, irrigar os pequenos plantios de uso familiar (cebola, pimenta de cheiro, cheiro verde, chicória, hortelã etc.).

Com a resolução desse problema da água, as famílias terão como fortalecer suas hortas e pequenos plantios próximos de suas residências, além de atender ao principal desafio que é ter água de qualidade para beber, diminuindo, assim, o número de doenças causadas pela água de baixa qualidade. Até o momento, toda vez que diminui o volume da água do rio no verão, esta torna-se mais suja e imprópria para o consumo, mas é consumida por não haver outra alternativa.

Para garantir que as famílias tenham água de boa qualidade o ano todo, faz-se necessário construir cinco poços artesianos, que beneficiarão 15 famílias que moram nas localidades mais distantes da comunidade.

Nessa perspectiva, o projeto visa garantir a permanência das famílias nessas localidades onde nasceram, cresceram e com as quais mantêm laços emocionais, pelo valor sentimental muito grande do território para cada pessoa que vive nesses locais. Portanto, para que permaneçam aí, é preciso que haja melhores condições de vida, com acesso a esse bem tão valioso para cada ser vivo, a água de boa qualidade.

Locais estes que passou a ser habitado por volta da década de 40 a 60, onde muitas famílias vindas de outras regiões e de outros estados, mais especificamente do Ceará e Maranhão, em busca de terras para trabalhar, passando a povoar as margens do rio Mapuá. Assim o número de habitantes foi aumentando nas localidades, dessa forma a comunidade São Sebastião Canta Galo passou a crescer. Mesmo assim ainda eram poucas famílias o que só vem aumentar esse número anos depois quando novas famílias foram se formando, através de casamentos de filhos e filhas dos moradores. Como descreve seu Sebastião:

Eu ainda cheguei ver isso aqui só com umas cinco ou seis famílias, tinha pouca gente, depois foi chegando mais gente ai os filhos foram crescendo e casando ai aumentou muitas famílias como pode ver hoje o tanto de gente que tem na comunidade né, hoje qualquer menino casa ai, naquele tempo era diferente. O filho só casava depois que o pai visse que ele dava conta de sustentar a mulher, para não ficar igual hoje o pai

sustentando os dois na casa como a gente tá canso de ver por ai ne meu filho”.  
(SEBASTIAO GONÇALVES DE FREITAS, 2017. PESQUISA DE CAMPO).

Assim de acordo com os interlocutores o patrão deslocava as famílias para várias localidades da comunidade, onde mesmo distante das margens do rio, pudessem produzir mais, obtendo assim o sustento familiar como o aumento da produção para o patrão. Com isso, hoje tem-se um número de 15 famílias morando distante das margens do Rio.

Para chegar em cada uma dessas localidades no período do inverno o único meio de transporte é a canoa<sup>5</sup> através dos igarapés. Já no verão, é somente a pé por meio de caminhos no meio da floresta. Mesmo com essas dificuldades de acesso, as famílias manifestam desejo de permanecer em suas localidades. Essa ‘insistência’, que é uma resistência, pode ser evidenciada pelo aumento populacional crescente: atualmente vivem nessas localidades 15 famílias, totalizando 91 pessoas entre crianças e adultos.

Tal resistência pode ser compreendida, conforme Scott (2011) como uma resistência cotidiana que sendo ela aberta ou frontal, uma vez que as armas utilizadas como exemplifica o autor, onde as famílias ou os trabalhadores buscam resistir de alguma forma sem que possam ir de encontro ao patrão. Isso acontece em diversas regiões e países. Uma das maneiras que o autor apresenta é a resistência ao trabalho, seja por faltar no trabalho, ou por reduzir o esforço fazendo que baixe a produção etc. Dessa forma, a existência e resistência das famílias da comunidade não é especificamente contra um patrão ou arrendatário, mas sim em prol dos direitos para que sejam ouvidos e venha contribuir quantitativa e qualitativamente ao meio que as famílias vivem e possuem vínculo afetivo.

No período do verão, meses em que a água baixa, as 15 famílias que residem distante da margem do rio passam por situações precárias com a escassez de água, tendo que se manter utilizando a água que fica nos pequenos reservatórios dos igarapés, como já dito antes, é muito complicado, pois a morte dos peixes deixa a água inviável para o consumo; além disso, o escoamento de resíduos de folhas, frutos, dejetos animais e insetos trazidos pelas águas das chuvas até o rio e igarapés, é mais uma fonte de contaminação.

Com isso se faz necessária a luta pela construção de 5 poços artesianos em pontos estratégicos de modo a beneficiar diretamente as 15 famílias já citadas, pois os pequenos poços construídos manualmente pelos próprios comunitários não são suficientes para atender a demanda das famílias que mais precisam de água no período do verão. Dentro dessa dinâmica

---

<sup>5</sup> Pequena embarcação produzida de madeira, geralmente de cedro, sucupira, louro vermelho e cupiuba. Madeira mais comum na região, facilitando assim a confecção da canoa para que as pessoas possam trafegar no rio e igarapés.

local sabe-se que o projeto não atenderá todas as famílias da comunidade, porém vale ressaltar que foi um consenso entre famílias, participantes ativamente nas pesquisas, de priorizar as famílias que mais sofrem todos os anos durante o período do verão.

Com os poços artesianos, essas famílias terão água suficiente para seu consumo cotidiano, embora ainda não tenhamos a certeza de que seja adequada para o consumo, por ainda não ter sido feito estudo de viabilidade da qualidade da água, mesmo assim temos a esperança de poder contar com água de qualidade, proporcionando a redução do número de ocorrências em postos e hospitais por conta de infecções causadas em adultos e crianças que buscam por tratamento com mais frequência durante o período do verão. O que para, além desse consumo propriamente doméstico, os poços servirão também para abastecer reservatórios que serão usados no ciclo produtivo de suas hortas, onde os mesmos terão a oportunidade de plantar e diversificar os produtos garantindo a segurança alimentar – o que, até o momento, ainda não é possível pelos motivos já citados.

É nesse contexto que Maluf, Menezes e Marques (2002) afirmam que:

A inexistência de condições de produção para autoconsumo pela carência de recursos (água, área útil etc.), ou a perda destas condições devida a opções como a da especialização produtiva, são causas de insuficiência alimentar que se somam aos indicadores de pobreza rural medidos em termos da renda monetária. (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2002, p. 16.)

Sendo que o direito à alimentação e à proteção contra a fome é há muito tempo reconhecido em acordos internacionais. E em um desses reconhecimentos está o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas que estabelece claramente a segurança alimentar entre os direitos humanos fundamentais o qual podemos conferir a seguir. Contudo, ainda não se dispõe de mecanismos que o torne efetivo.

Artigo XXV 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Assim percebemos a necessidade da comunidade se fortalecer para poder obter desse direito que lhe é conferido por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas que é acesso a água potável para os devidos fins de uso familiar. Um dos mais necessários meios para garantir uma melhoria na qualidade de vida das famílias da comunidade.

## **5. OBJETIVOS**

### **5.1 Objetivo Geral**

Contribuir para melhoria das condições de vida das famílias da comunidade Canta Galo através da construção de poços artesianos para o fornecimento de água de boa qualidade.

### **5.2 Objetivo Específico**

1. Formar um grupo responsável pelas parcerias, lançamento, monitoramento e avaliação do projeto;
2. Analisar junto com as famílias as áreas específicas de cada localidade selecionada onde serão construídos os poços;
3. Regularizar o abastecimento de água na comunidade minimizando os efeitos da sazonalidade pluvial;
4. Favorecer e valorizar os produtos da comunidade permitindo mais segurança alimentar;
5. Proporcionar a redução do número de casos de doenças originárias da água de má qualidade.

## **6 METAS**

- Construir cinco (5) poços artesianos, um em cada localidade num período de até dois anos (2020-2022);
- Atender 15 famílias, totalizando 91 pessoas.

## **7. METODOLOGIA**

Diante das necessidades das famílias em poder contar com água de qualidade durante o ano todo para poder permanecer em suas localidades de origem, este Projeto será desenvolvido na comunidade São Sebastião Canta Galo, no rio Mapuá, nos núcleos familiares mais distantes das margens do rio. O início do Projeto será com uma reunião para a escolha dos representantes de cada núcleo, assim formando um grupo responsável pelas parcerias, lançamento, monitoramento e avaliação do projeto. Após a primeira reunião o grupo vai juntar-

se paralelamente nos intervalos de tempo de cada reunião para discutirem sobre os próximos passos.

Como segundo passo haverá uma reunião entre as famílias dos núcleos que serão beneficiados com os poços artesianos e as instituições parceiras as quais estarão descritas a seguir em cada etapa a ser realizada. Em seguida será feita a escolha do local específico em cada localidade e o período a ser construído os poços, levando em consideração a sazonalidade da região. Para essa atividade o grupo responsável pelo andamento do projeto acordará parceria com a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) de Breves. Esse grupo também será responsável por analisar junto com as famílias as áreas específicas de cada localidade selecionada onde serão construídos os poços, para estarem de acordo com a legislação ambiental, assim como pela deliberação do período de início da construção e pelo acompanhamento de cada passo do projeto. Todos esses passos deverão ser acompanhados diretamente pela Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (AMOREMA) e apoiados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e com a prefeitura do município de Breves para construção e mapeamento de cada poço.

A avaliação será feita periodicamente pelo grupo de trabalho formado na primeira etapa, ou seja, pelos representantes de cada núcleo familiar que compõem o grupo, para facilitar o andamento de cada atividade; esse grupo deve manter a comunidade informada dos determinados níveis de desenvolvimento do projeto.

Por se tratar de ação “em devir”, apenas parte desse Projeto tem previsão de encerramento, a construção dos poços. Após essa etapa, será necessário manter o grupo de controle funcionando, embora com outros membros – se necessário trocar um ou outro representante. Na conclusão desta etapa física do Projeto, faremos uma confraternização com toda comunidade e convidados, onde será socializada cada etapa desde a coleta dos dados, como: registros fotográficos, localização de cada poço, bem como as dificuldades enfrentadas em cada etapa do projeto.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nessa pesquisa busquei elencar algumas especificidades da comunidade de pertença, dando ênfase à economia, cultura, religiosidade, educação e em especial a saúde juntamente com saneamento básico.

Dentro desse percurso de pesquisa, procurei trabalhar o mais próximo possível das famílias para entender melhor cada situação/realidade vivida pelos comunitários.

Principalmente ao se tratar do histórico local, aproveitando cada momento de convivência e aprendizado. Período esse que tive a oportunidade de entrevistar duas grandes pessoas da comunidade Otávio e Sebastiao, ao mesmo tempo em que fico muito triste em mencionar que esses dois interlocutores dos quais cito suas contribuições no decorrer deste trabalho, faleceram antes do final dessa trajetória de construção do projeto.

Diante desses acontecimentos, a comunidade perde grandes tesouros locais, pois inúmeras histórias locais e acontecimentos que somente eles puderam vivenciar acabam se encerrando por não terem sido explorados e registrados, assim tive que consultar o senhor Orlando Miranda, um dos moradores mais antigos da comunidade vizinha Santa Rita, um dos patrões que acompanhou parte desse processo.

Assim como tive algumas dificuldades relacionados a questões físicas, bem como para chegar até as localidades mais distantes e reunir com cada família. Por minhas limitações de não poder caminhar por muito tempo devido problemas de saúde, reunindo assim apenas após as celebrações dos cultos nos domingos e nas residências dos que moram mais próximos da minha casa.

Considerando as dificuldades os resultados foram satisfatórios, pois a partir dos dados e discussões junto ao grupo foi possível perceber qual situação/problema a ser trabalhada no Projeto de Conclusão de Curso para que a comunidade possa implantar, assim possibilitando melhores condições às famílias que passam por tais situações de dificuldades.

Diante dos resultados obtidos e do empoderamento ao qual o curso proporciona, almejamos fortalecer a comunidade através dos direitos que lhes são garantidos por lei, como, educação, saúde, saneamento básico etc. os quais são negados em muitas situações, principalmente às comunidades localizadas distantes dos centros urbanos.

A partir da minha inserção na universidade e com aproximação das obras de autores que nos permitem conhecer os recursos de pesquisas disponíveis para apropriação e autodeterminação para trabalhar o Etnodesenvolvimento na comunidade. Dentre os autores, Stavenhagen (1985) e Little (2002) contribuíram muito em minha formação enquanto acadêmico vindo de populações tradicionais, principalmente no empoderamento em Etnodesenvolvimento.

Sendo que os processos de Etnodesenvolvimento permeiam em tudo na comunidade que pertença, precisamos estar preparados para fazer os enfrentamentos, evitando que esses processos tenham resultados indesejados e que venham afetar a comunidade.

Nesse sentido, não posso dizer que estou totalmente preparado para tais enfrentamentos, mas sim que tenho uma visão mais ampla relacionada aos direitos das

comunidades tradicionais o que proporciona mecanismos para assim colaborar não só com a comunidade que pertence como também de modo geral naquilo que faz parte do processo construtivo de desenvolvimento que buscamos dentro de nossas lutas. Tendo em vista que o curso proporciona ferramentas que venham fortalecer os embates diversos, tanto internos quanto externos, buscando assim os direitos igualitários enquanto povos e comunidades tradicionais.

Produzir o presente trabalho de pesquisa juntamente com a comunidade foi de suma importância, pois ampliou os conhecimentos sobre algumas necessidades presentes em nossa realidade e que muitas vezes era desconhecida ou dada pouca importância, ou mesmo está ligado ao contexto familiar e acaba se tornando comum no cotidiano. O que não se trata apenas de tarefas cotidianas, mas sim de necessidades de melhorias, sendo possível notar que uma delas é falta do acesso de água potável causando impacto na vida das famílias. Portanto, podendo assim ver a eficácia dos benefícios que virão com a realização do projeto na comunidade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ANJOS, José Carlos dos; LEITÃO, Leonardo. *Etnodesenvolvimento de Mediações Político-Culturas no Mundo Rural*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BERNARDES, R. S.; COSTA, A. A. D.; BERNARDES, C. Projeto Sanear Amazônia: *tecnologias sociais e protagonismo das comunidades mudam qualidade de vida nas reservas extrativistas. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, novembro. v. 48, 2018, p. 263-280.

COSTA, Eliane Miranda. Dos Indígenas, os Artefatos: A História dos Povos Indígenas do Arquipélago do Marajó, PA. *Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade*. Garanhuns-PE, Número Especial 18b, p. 144-154, nov. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Histórico de Breves*, 2010. disponível em <https://cidades.ibge.2010.gov.br/brasil/pa/breves/historico>. Acessado em 10/12/2018.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out.2002 Campo Grande – MS.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. *Caderno 'Segurança Alimentar'* disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/266884132\\_Caderno\\_'Seguranca\\_Alimentar'/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/266884132_Caderno_'Seguranca_Alimentar'/citation/download) Acessado em 13/06/2019. Acessado em 08/06/2019.

OLIVEIRA, Assis. Costa. Etnodesenvolvimento Teoria, institucionalização universitária e prática educacional. In: LACERDA, Paula Mendes (Org.). *Mobilização social na Amazônia: A luta por justiça e por educação*, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Maria de Nazaré Barbosa de. Mapuá. 1986. In: SALERA JÚNIOR, Giovanni. *Breves: História e Cultura do Marajó*. Breves. SEMED, 2014. p. 80.

ONU - UNIC – Rio. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 005. Janeiro, 2009 disponível: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acessado em 13/06/2019. Acessado em 08/06/2019.

ONU. Programa da Década da Água da ONU-Água sobre Advocacia e Comunicação. UNW-DPAC. *O Direito Humano à Água e Saneamento*. Disponível em [https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human\\_right\\_to\\_water\\_and\\_sanitation\\_media\\_brief\\_por.pdf](https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf). Acessado em 08/06/2019.

ONU. Resolução da Assembleia Geral da ONU. Resolução A/RES/64/292. Disponível em: [www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/64/292](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292) Acessado em 08/06/2019.

PACHECO, Agenor Sarraf. *En el Corazón de la Amazonia: Identidades, Saberes e Religiosidades no Regime das Águas Marajoaras*. Tese de doutorado em História Social.

Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009, 354p.

QUEIROZ, João Batista de. *Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional*. Tese de Doutorado em Educação, UnB. Brasília, DF, 2004.

SALERA JÚNIOR, G. *Resex Mapuá: história e cultura. Breves - Estado do Pará*. 2012. 42p. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/4042538>. Acessado em 08/06/2019.

SANTOS, Josiel Moraes. *Quinto tempo comunidade*. Curso de Licenciatura/Bacharelado em Etnodesenvolvimento Universidade Federal do Pará. Altamira, 2017.

SCOTT, James C. *Exploração normal, resistência normal*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-243.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*. Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 11-44.

UFPA – Universidade Federal do Pará. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento*. Belém, UFPA. (Mimeo) 2008, 22p.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar: 1978, p. 7.

VERDUM, Ricardo. *Etnodesenvolvimento: Nova/velha utopia do indigenismo*. Tese de doutorado. Do Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas CEPPAC. Universidade de Brasília. 2006, 200p.